



**-Guia de estudos-**

**CDH: Mutilação genital feminina**

**Diretores:**

**Ana Luísa**

**Mariana Alcântara**

**Laís Cristina**

**Henrique Ferreira**

## Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA</b> .....	4
<b>2. APRESENTAÇÃO DO TEMA</b> .....	6
2.1. O que é a mutilação genital feminina .....	6
2.2. Origens históricas.....	8
2.3. Motivos que levam a prática da MGF.....	9
2.4. Consequência da mutilação genital feminina .....	10
2.5. Locais de realização da prática.....	11
<b>3. SOBERANIA, CULTURA E RELIGIÃO</b> .....	11
<b>4. INTRODUÇÃO AO COMITÊ</b> .....	13
4.1. O que é o Conselho de Direitos Humanos .....	13
<b>5. QUESTÕES RELEVANTES PARA A DISCUSSÃO</b> .....	14
<b>6. POSICIONAMENTO DOS AUTORES</b> .....	14
6.1. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.....	14
6.2. República Federal da Alemanha .....	15
6.3. República da Colômbia .....	15
6.4. República da Costa do Marfim .....	16
6.5. República de Djibouti.....	17
6.6. República Árabe do Egito .....	17
6.7. Emirados Árabes Unidos .....	18
6.8. Estados Unidos da América.....	18
6.9. República Democrática Federal da Etiópia.....	19
6.10. República Francesa.....	20
6.11. República Federativa da Nigéria .....	21
6.12. República da Guiné (membro observador).....	21
6.13. Hungria.....	22
6.14. República do Iêmen.....	23
6.15. República da Indonésia .....	23
6.16. República do Iraque .....	24
6.17. República de Mali .....	25
6.18. Sultanato de Omã.....	25
6.19. OMS – Organização Mundial da Saúde (membro observador).....	26
6.20. República de Serra Leoa .....	27
6.21. República Federativa da Somália .....	27
6.22. República do Sudão (membro observador).....	28
6.23. República Togolesa.....	29

<b>6.24. UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas (membro observador).....</b>	<b>29</b>
<b>6.25. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (membro observador).....</b>	<b>29</b>
<b>7. Referências bibliográficas .....</b>	<b>30</b>

## **1. APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA**

### **Ana Luísa Rodrigues – Diretora**

Olá senhores delegados! Meu nome é Ana, tenho 19 anos e estou cursando o 3º ano do ensino técnico integrado em Administração no IFMG.

Entrei no mundo das simulações em 2017, pois foi criado o grupo de relações internacionais do IF (GRIIF). Participei durante esse ano de algumas simulações importantes para que pudesse aprender cada vez mais e assim oferecer uma boa experiência aos senhores na UNIF, que é a nossa primeira simulação interna e espero que seja a primeira de muitas que virão!

Minha última simulação como delegada foi no MiniOnu, na Conferência Mundial Sobre Racismo (WCAR 2017). Para fechar com chave de ouro o meu último ano no ensino médio, farei parte da mesa diretora e espero ajudar a todos os participantes com o que for preciso.

Estamos trabalhando para que seja uma experiência incrível para todos e nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento e dúvidas. Desejo a todos um ótimo estudo!

### **Henrique Ferreira Santana – Diretor e Secretário Acadêmico**

Olá delegadxs! Meu nome é Henrique Ferreira Santana, tenho 17 anos e estou cursando o 3º ano do curso técnico integrado em Administração no IFMG – *Campus* Ouro Branco. É um enorme prazer receber a sua participação em nosso comitê, preparado com muito carinho pelos diretores!

A minha participação na UNIF será a minha 8ª experiência com simulações, sendo, entretanto, a primeira como mesa diretora. Tenho total amor por simular, visto o meu amor por política, história e questões sociais, além de que as simulações permitem o desenvolvimento da oratória, a aproximação de realidades distintas da minha e da construção de um pensamento crítico. Ademais, permite a construção de amizades que são levadas por toda a vida!

Aguardo ansiosamente a presença de vocês na UNIF, com a expectativa que seja um evento incrível e memorável! Nos vemos em breve!

### **Laís Cristina de Souza Pereira – Diretora**

Olá senhores delegados! Meu nome é Laís Souza, tenho 17 anos e estou cursando o 3º ano do ensino técnico integrado em Administração no IFMG, e farei parte da mesa diretora da Comissão de Direitos Humanos da UNIF.

Minha relação com as simulações é relativamente recente, entretanto, apaixonei-me por esse modelo, visto que, por meio dele, podemos desenvolver a oratória e debater acerca de discussões extremamente importantes para a nossa sociedade. Com diretora do CDH, tenho grande honra em proporcionar a vocês uma discussão a respeito dos direitos humanos das mulheres, posto que esta também é uma de minhas paixões.

Aguardo ansiosamente para conhecer cada um de vocês e espero que este comitê se torne uma experiência bastante enriquecedora, além de suprir todas as suas expectativas. Sejam muito bem-vindos e desejo a todos ótimos estudos!

### **Mariana Alcântara Campos Vieira – Diretora**

Olá senhores delegados (as)! Meu nome é Mariana Alcântara Campos Vieira, tenho 17 anos e cursarei, durante a realização da UNIF, o 3º ano do curso Integrado de Administração, no Instituto Federal de Minas Gerais *Campus* Ouro Branco.

Neste ano tive a minha primeira experiência com o modelo de simulações da ONU, como delegada, no CMMundi. Logo me apaixonei por simular, e espero que ocorra o mesmo com os senhores. Já estive presente em outras simulações como no MINIONU, o qual é o maior da América Latina.

Agora viverei uma nova experiência com simulações, como diretora. Estive e estarei auxiliando diretamente na elaboração e mediação das discussões acerca do tema proposto pelo nosso comitê, e ainda na confecção do guia de estudos e materiais de apoio, os quais serão fundamentais para agregar ao conhecimento dos senhores sobre o tema deste CDH.

Espero contribuir ao máximo para proporcionar-lhes a melhor experiência possível! Estarei à espera de todos vocês. Desejo a todos uma inesquecível UNIF!

## 2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

### 2.1. O que é a mutilação genital feminina

A Mutilação Genital Feminina (MGF) também conhecida como “mutilação vaginal”, “circuncisão feminina” e “corte genital feminino” é um procedimento milenar ligado à cultura e a rituais de grupos religiosos. A prática consiste em um procedimento realizado na externa da genitália ou quaisquer outros vitupérios as partes femininas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), a MGF consiste em:

“A Mutilação Genital Feminina são todos os procedimentos que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais externos da mulher ou que provoquem lesões nos mesmos por razões não médicas, sendo considerada uma prática tradicional nefasta.”

Segundo Babatunde Osotimehin, diretor da UNFPA, e Anthony Lake, diretor da UNICEF a mutilação:

“Tira a autonomia das meninas e viola seus direitos humanos e ainda reflete a posição social inferior das mulheres e meninas e reforça a desigualdade de gênero, alimentando ciclos intergeracionais de discriminação e vulnerabilidades”.

A prática pode ser subdividida em quatro tipificações, como demonstrado pelo quadro abaixo:

**Tabela 1. CLASSIFICAÇÃO OMS – Modificada**

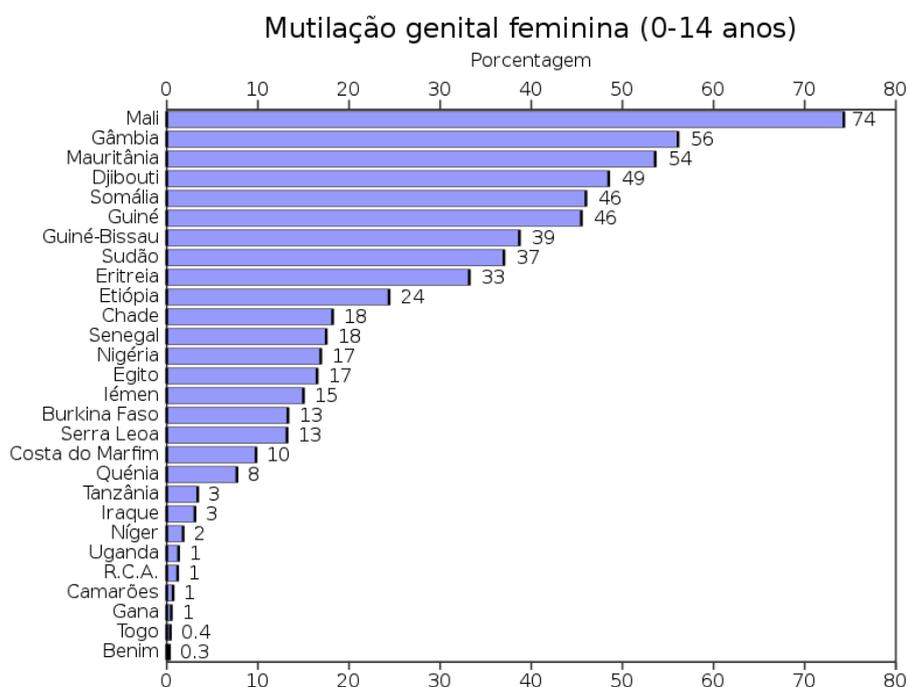
Tipo 1: clitoridectomia Consiste na remoção total ou parcial do clitóris e/ou da região que o envolve, incluindo o prepúcio;
Tipo 2: excisão É a remoção parcial ou total do clitóris e dos pequenos lábios, com ou sem a excisão dos grandes lábios;
Tipo 3: infibulação Consiste na infibulação mais excisão, em outras palavras, o estreitamento do canal vaginal através do corte e junção dos pequenos e/ou grandes lábios, com ou sem a excisão do clitóris. Também é conhecida como circuncisão faraônica.
Tipo 4: atos não classificados Termo aplicado a os outros tipos de mutilação nocivos à genitália feminina, sem fins medicinais, como furar, dilacerar, queimar, machucar e cauterizar.

**Fonte: OMS 2015**

O procedimento é realizado sem anestesia, nem antissépticos, com ferramentas básicas, e em muito rudimentares, como por exemplo: tesouras, facas, cacos de vidro ou navalhas. Essa característica faz com que as mulheres sejam expostas as mais diversas bactérias, risco de infecção e ainda a possibilidade de hemorragias, dentre outros.

A mutilação não possui um período da vida da mulher para ocorrer, estando essa suscetível ao procedimento desde o nascimento até o casamento e pós-parto, variável que tende a se modificar de acordo com a comunidade e contexto socioeconômico de onde é praticada. A tabela abaixo demonstra a mutilação genital ocorrida em meninas de 0 a 14 anos em diferentes países:

**Imagem 1. Mutilação genital feminina (0-14 anos)**



**Fonte: UNICEF, Novembro de 2014.**

Abaixo está apresentada uma segunda tabela, a qual também estabelece a relação de mulheres circuncidadas entre 15 e 49 anos e os países onde é realizada:

**Tabela 2. Prevalência da mutilação genital feminina em mulheres entre 15 e 49 anos.**

País	Ano	Estimativa da prevalência da mutilação genital feminina em meninas e mulheres com idade entre os 15 e 49 anos (%)
Benim	2001	16.8
Burquina Faso	2005	72.5
Camarões	2004	1.4
República Centro Africana	2005	25.7
Chade	2004	44.9
Costa do Marfim	2005	41.7
Djibouti	2006	93.1
Egipto	2005	95.8
Eritreia	2002	88.7
Etiópia	2005	74.3
Gâmbia	2005	78.3
Gana	2005	3.8
Guiné	2005	95.6
Guiné-Bissau	2005	44.5
Iémen	1997	22.6
Libéria*	-	45.0
Mali	2001	91.6
Mauritânia	2001	71.3
Níger	2006	2.2
Nigéria	2003	19.0
Quênia	2003	32.2
Senegal	2005	28.2
Serra Leoa	2005	94.0
Somália	2005	97.9
Sudão, região Norte (aproximadamente 80% da população abrangida pelo inquérito)	2000	90.0
Togo	2005	5.8
Uganda	2006	0.6
República da Tanzânia	2004	14.6

Fonte: OHCHR *et al* (2008)

## 2.2. Origens históricas

A prática de MGF é milenar, suas origens datam de um período anterior tanto ao islamismo quanto ao cristianismo. Existe um documento com datação de 163 a.C., pertencente a região do Egito, que menciona que as garotas egípcias eram submetidas a circuncisão, o que leva a hipótese de que essa cultura tenha se iniciado ao longo do vale do Rio Nilo, no período dos Faraós.

Existem múmias encontradas na contemporaneidade que reforçam a tese de que o procedimento, principalmente do tipo I e III, já ocorria no período. Apesar de saber a

origem, não é sabido como a prática se disseminou para demais grupos, chegando aos cristãos, animistas e mulçumanos.

Devido a esses fatores é defendido por pesquisadores que a mutilação extrapola a religião, sendo uma prática mais cultural que religiosa. A MGF está arraigada na cultura da sociedade de inúmeros países, e para muitas mulheres significa um rito de passagem, algo importante e imprescindível para as meninas. As próprias mulheres creem nisso, gerando por vezes preconceito e relação discriminatória àquelas que não passaram pela circuncisão.

Antigamente, existia uma escolha sobre a função sexual feminina, esta era realizada por mestres homens. Tal fato, contribui para a ideia de que as mulheres são propriedade de seus maridos, e ainda lhe devem toda e total submissão, ressalta uma concepção de que os corpos femininos necessitariam de correção, e que a mulher deveria ser impedida de sua plenitude.

Existia e ainda existe na prática a contestação do respeito, dignidade e pudor das mulheres e especialmente a independência e diferenciação na aparência natural da sua genitália e sua função sexual normal.

### **2.3. Motivos que levam a prática da MGF**

A circuncisão feminina tenta ser justificada por diversos argumentos, sendo os mais comuns:

1. Manter a limpeza e higiene;
2. Ajuda a ter uma boa saúde;
3. Preserva a virgindade;
4. Aumenta a fertilidade;
5. Previne a promiscuidade;
6. Cria mais oportunidade de matrimônio;
7. É tido como estético;
8. Potencializa o desempenho sexual masculina e seu prazer;
9. Promove a coesão política e social.

Segundo Abubacar Sultan, representante da UNICEF na Guiné-Bissau, a mutilação é uma questão cultural:

"Existem fatores extremamente fortes e fortemente enraizados tanto no indivíduo como na comunidade, no seio dos grupos que a praticam. Essa questão da mutilação genital feminina é

suportada por um conjunto de crenças, um conjunto de práticas e é sobretudo uma convenção social."

A representante ainda argumentou que se trata de uma importante decisão embasada em convenções sociais, e que é fundamental que as pessoas entendam isso antes de tentar modificar a cultura da população "da noite para o dia".

Omar Hassain é integrante de uma cultura que é praticante da MGF, e a defende em um breve depoimento dizendo:

"Isso não é mutilação. Esse é um costume que veio dos ancestrais de nossos ancestrais. Quem somos nós para questionar algo que atravessou tantas gerações, que existe há tanto tempo? É o que é certo fazer".

Hadija Halake também é integrante de uma cultura que prega a MGF, e a justifica com argumentos familiares, o que demonstra a influência social e um pouco da estruturação dessa sociedade. Ele afirma:

"Nós nunca vimos uma mulher que não tivesse sido cortada. Elas precisam cortar, senão, como dizia a minha avó, o clitóris cresce e vira um pênis".

#### **2.4. Consequência da mutilação genital feminina**

A mutilação genital feminina acarreta um conjunto de consequências que têm um grande impacto para a vida mulher. Estas consequências podem-se dividir em físicas e psicológicas e podem fazer sentir tanto na altura da prática como nos anos que se seguem.

No primeiro caso, inclui principalmente hemorragia e infecções que, caso persistam, podem causar a morte. Ademais, há o risco de transmissão do vírus HIV, uma vez que ocorre o uso compartilhado de objetos cortantes, como lâminas e navalhas. Inclui também "[...] pânico severo, choque, [...], tétano, retenção de urina, ulceração da região genital e lesão do tecido adjacente". (WHO, UNICEF, UNFPA, p.11, 1997, tradução nossa).

"A primeira vez que você nota que seu físico mudou é quando você faz xixi", diz a somali Hibo Wardere, de 46 anos. Hibo tinha apenas seis anos quando foi submetida ao que a OMS (Organização Mundial da Saúde) classifica como mutilação "tipo 3". Nesse tipo de procedimento, os lábios vaginais são cortados e costurados, sendo reduzidos a apenas um buraco minúsculo que Hibo compara ao tamanho de um palito

de fósforo. O clitóris também é removido. Ela cresceu na Somália, onde 98% das mulheres entre 15 e 49 anos foram submetidas à mutilação genital. (BBC,2016)

Ao longo prazo, as consequências podem ser o “[...] surgimento de cistos e abscessos, formação de quelóides, dano da uretra resultando em incontinência urinária, dispareunia (dor durante o ato sexual) e disfunção sexual”. (WHO, UNICEF, UNFPA, p.11, 1997, tradução nossa). Outrossim, pode haver a “obstrução do fluxo menstrual” (GRANT, p.7, 2014), assim como infertilidade. (GRANT, 2014). O surgimento de implicações durante o parto aumenta e a maioria das mulheres que sofreram mutilação utilizam a cesariana ao invés do parto normal. (OHCHR et al, 2008). Além disso, “a taxa de mortalidade de bebês, durante e imediatamente após o parto em mães sujeitas a mutilação genital, é mais elevada do que as da que não o foram”. (OHCHR et al, p.18, 2008).

## **2.5. Locais de realização da prática**

É praticada em meninas em cerca de 30 países (além daqueles que também praticam a mutilação como resultado da emigração), dos quais 27 são africanos, e afeta cerca de 200 milhões de mulheres em todo o mundo. Como a Gâmbia, a Nigéria aprovou uma lei em 2015 contra essa prática ancestral, enquanto o Parlamento da União Africana aprovou em agosto passado um plano de ação para erradicar a mutilação genital feminina do continente, já proibida em um total de 23 países. No entanto, na maioria deles a prática persiste. Em países como o Egito, Somália, Guiné e Sudão, a taxa de mulheres mutiladas supera 90%. (El país, 2016)

Fatou Sarr, socióloga senegalesa do Laboratório de Gênero e Pesquisa Científica do IFAN, de Dakar, diz que “no Senegal [a prática] foi proibida desde 1999, e as últimas estatísticas falam de 26% a 28% de prevalência. Sabe-se que ainda está ocorrendo clandestinamente, especialmente entre alguns grupos étnicos. Claro que a lei é positiva, porque dá abrigo para aqueles que não querem continuar a prática, mas há crenças culturais muito fortes que geram mecanismos de resistência e levarão muito tempo para serem mudados. Precisamos de mais conscientização e mais educação, não podemos baixar a guarda, porque não vemos os estados envolvidos como deveriam”, acrescentou Sarr.

## **3. SOBERANIA, CULTURA E RELIGIÃO**

De acordo com a Organização das Nações Unidas direitos humanos são definidos como:

*[...] direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos. (NAÇÕES UNIDAS, 2016).*

Dessa forma, levando em conta essas determinações e o ponto de vista de que a proteção dos Direitos Humanos não deve se resumir a uma questão interna de cada Estado, mas deve concernir todo o mundo, visto que a violação dos direitos humanos é uma questão que afeta toda a comunidade internacional, a prática da MGF pode ser considerada uma violação a tais direitos.

Considerando a média das idades em que as mulheres passam por tal procedimento, estas não escolhem fazer parte, mas sim são forçadas a isto, se tratando, portanto, de uma violência sexual. Ademais, é claramente uma violação da liberdade e da segurança da mulher, podendo até mesmo ameaçar o direito à vida, uma vez que muitas meninas morrem durante a prática. Ainda, infringe os direitos humanos na medida em que compromete o direito à integridade física e o direito à saúde sexual, reprodutiva e mental, visto que, muitas vezes, os processos de MGF são realizados em lugares não-higiênicos, o que prejudica a saúde em curto e longo prazo. Por fim, os princípios da igualdade e da não-discriminação são desrespeitados, uma vez que o machismo na sociedade é reforçado ao colocar as mulheres como não puras ou dignas de prazer sexual e como um objeto para a satisfação do marido e reprodução, além de afirmar que as mulheres só serão respeitadas se forem casadas e submissas aos seus respectivos cônjuges.

Por outro lado, pela visão de que seja impossível afirmar que os direitos humanos tenham um sentido homogêneo e universal em todas as regiões do planeta e para todos os povos, é necessário o respeito à prática da MGF, uma vez que vem de uma tradição milenar e é uma forma de expressar a identidade e a cultura de um povo. Há uma identificação cultural que remete a antepassados; é um resgate aos costumes antigos e faz com que a comunidade se aproxime e se identifique como pertencente àquele grupo. Além disso, o direito à liberdade e de exercer a cultura está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como garantia fundamental e é interpretado como um estímulo para que cada sociedade seja livre para expressar sua cultura. No

Egito, por exemplo, apesar da MGF ser proibida por lei, é difícil o fim da prática, uma vez que a população, motivada por preceitos religiosos, apoia e acredita ser uma manifestação cultural. De acordo com a Declaração citada, eles são livres para adotarem este pensamento e defenderem a prática da mutilação genital feminina. Há, inclusive, um alerta para a possibilidade de o procedimento ser autorizado novamente, já que deputados o defendem. (GRANT, 2014). Dessa maneira, da mesma forma que é utilizada como justificativa para a prática, a tradição e a identidade étnica são argumentos utilizados, - também -, na defesa da MGF quando se trata desse dilema travado entre os Direitos Humanos e sua universalidade e a liberdade de expressão cultural de um povo.

#### **4. INTRODUÇÃO AO COMITÊ**

##### **4.1. O que é o Conselho de Direitos Humanos**

O Conselho de Direitos Humanos, é um órgão recomendatório da Organização das Nações Unidas (ONU), que objetiva a garantia dos direitos humanos no mundo, prestando conta diretamente a todos os membros da ONU. Para isso, pauta-se em análises das violações de direitos, promove assistência e educação na área dos direitos humanos, ajuda a desenvolver o direito internacional, analisa a atuação dos Estados-membros, se esforça para evitar abusos, responde a situações de emergência e serve de fórum internacional para o diálogo sobre questões de direitos humanos, estabelecendo, também, normas internacionais na área de direitos humanos. (CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Com sede em Genebra, na Suíça, o Conselho é sucessor da Comissão de Direitos Humanos, possuindo a mesma finalidade. Em 2006, 170 membros da Assembleia Geral aprovaram a criação deste, objetivando reforçar o seu antecessor.

Conta com 47 países membros, tendo a distribuição de assentos realizada a partir de uma análise geográfica equitativa (3 do Grupo dos Países Africanos; 13 do Grupo dos Países Asiáticos; 7 do Grupo dos Países do Leste Europeu; 8 do Grupo dos Países da América Latina e das Caraíbas; e 7 do Grupo dos Países da Europa Ocidental e Outros). Os membros são eleitos por um período de 3 anos e não podem ser reeleitos após dois mandatos consecutivos. Os membros se reúnem 3 vezes ao ano, podendo, ainda, reunir-se em situações de urgência ou quando solicitando por pelo menos um terço dos membros.

## **5. QUESTÕES RELEVANTES PARA A DISCUSSÃO**

- 1 – A MGF deve ser compreendida como uma violação dos direitos humanos ou uma prática provinda de uma cultura milenar?
- 2 – Existem leis em seu país que proíbam a prática da MGF? Se sim, elas são respeitadas?
- 3 – Como o CDH e todas as representações presentes podem auxiliar no combate a MGF?
- 4 – De quais formas as ONGs e OIs podem ser úteis no auxílio ao combate à MGF?
- 5 – Quais são os limites da soberania estatal?

## **6. POSICIONAMENTO DOS AUTORES**

### **6.1. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**

O Reino Unido é uma união política, formada por quatro países constituintes: Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales. Sua capital está localizada em Londres, na Inglaterra. Está localizado nas ilhas do oeste europeu e conta com uma população de mais de 64 milhões de pessoas. Sua economia é a terceira maior da Europa, perdendo apenas para Alemanha e França e a sétima maior do mundo, sendo que o setor de serviços corresponde a 70% do seu PIB. A agricultura é intensiva e altamente mecanizada e eficiente para os padrões europeus. O governo é regido por uma monarquia constitucional e legislado por uma monarquia constitucional que tem a rainha como a chefe de Estado. Seu IDH é de 0,909, considerado elevado, bem como seu PIB nominal de 2,847 trilhões de dólares. O Reino Unido foi um membro ativo da União Europeia de 1973 a 2016, mas fora da união econômica e monetária. Além do Conselho de Direitos Humanos (CDH), o Reino Unido tem um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e participa da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD).

A mutilação genital feminina é encontrada no Reino Unido entre grupos de comunidades imigrantes. Estima-se que 60 mil meninas de 0 a 14 anos nasceram de mães que passaram pelo procedimento e que cerca de 4 mil novos casos acontecem por ano. Todas as quatro categorias de MGF já foram encontradas no Reino Unido. A MGF é considerada uma grave violação dos direitos de meninas e mulheres e possui uma forte legislação e fiscalização do problema. No Reino Unido desde 1985 a prática é proibida. A legislação específica para a mutilação genital feminina se encontra no

Female Genital Mutilation Act 2003 para a Irlanda do Norte, País de Gales e Inglaterra. Já para a Escócia, a legislação está na Prohibition of Female Genital Mutilation Act 2005. É um crime para qualquer pessoa (independentemente de sua nacionalidade ou status de residência) executar a MGF, assistir meninas a fazerem o procedimento em si mesmas ou a sair do país para fazê-lo. Além disso, pessoas que cometem ou não protegem meninas do risco da MGF são condenadas a pelo menos 14 anos de prisão, uma multa, ou ambos. Quando executada em meninas menores de 16 anos, os responsáveis legais delas respondem legalmente pelo procedimento, sendo culpado de falhar na proteção do risco da MGF. O Reino Unido ratificou várias convenções internacionais condenando a MGF, incluindo a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres, entre outros.

## **6.2. República Federal da Alemanha**

A Alemanha é a primeira economia da Europa e a quarta economia mundial. O país tem se destacado como referência mundial na recepção de refugiados. Tem cerca de 81 milhões de habitantes, localiza-se na Europa e possui um PIB nominal de cerca de 3,5 trilhões de dólares e um IDH bastante elevado de 0,926.

A taxa estimada de mutilação genital feminina (MGF) na Alemanha é de 19 mil vítimas. Além dessas, cerca de 4000 meninas e mulheres estão em risco de passar pela MGF no país. As vítimas do procedimento na Alemanha, são, normalmente, filhas de migrantes vindas principalmente da África, que tendem a perpetuar a tradição de seus países de origem. Apesar do desenvolvimento de um Plano de Ação Nacional Alemão, ainda não há uma legislação específica para a MGF no país. O princípio da extraterritorialidade é aplicável, fazendo com que a MGF seja punível, mesmo se cometida fora do país. Em 2011, uma emenda ao Código Penal foi proposta com o objetivo de incluir uma legislação específica para a MGF, mas ainda não entrou em vigor. A Alemanha ratificou várias convenções internacionais condenando a mutilação genital feminina incluindo a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres, entre outros. Muitas organizações da sociedade civil, entre outros atores, lidam com a MGF em suas atividades.

## **6.3. República da Colômbia**

Colômbia, oficialmente República da Colômbia, está localizada no noroeste da América do Sul, fronteira a leste com a Venezuela e o Brasil, ao sul com Equador e Peru, ao norte com o Mar do Caribe, ao noroeste com o Panamá e a oeste com

o Oceano Pacífico. Abrangendo uma área de 1.138.914 km<sup>2</sup> e com uma população de 48.747.632 milhões de habitantes, a Colômbia é uma república presidencialista com um IDH elevado, de 0,727 (2015). O seu grupo étnico é formado pela mistura de indígenas, africanos e espanhóis e apresenta um PIB de 282,5 bilhões de dólares (2016), sendo a quarta maior economia da América Latina. A Colômbia é membro da Comunidade Andina de Nações, da Aliança do Pacífico, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e uma dos membros fundadores da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Na Colômbia, a lei do feminicídio contempla a morte consequente a mutilação genital feminina, desde 2015. Entretanto, é o único país da América Latina em que ainda há a prática da MGF, em uma única tribo indígena da república, os emberá. Em 2007, houve a morte de duas meninas consequente a prática da mutilação, no estado de Risaralda, no centro do país. A razão é o fim do desejo de uma mulher estar com outro homem que não seja o seu marido. Dessa forma, esforços são realizados por autoridades e organismos, a fim de conscientizar os indígenas da região.

#### **6.4. República da Costa do Marfim**

Costa do Marfim, oficialmente República da Costa do Marfim é uma república presidencialista, que está localizada no continente africano, limitada a norte pelo Mali e pelo Burkina Faso, a leste pelo Gana, a sul pelo Oceano Atlântico e a oeste pela Libéria e pela Guiné. O país abrange uma área de 322.463 km<sup>2</sup> e possui uma população de 20.179.602 habitantes. Possui um IDH baixo, de 0,474 (2015) e um PIB de US\$ 33,963 bilhões (2014). Apresenta uma economia baseada na agricultura, sendo o maior produtor de cacau do mundo. Possui uma diversidade étnica elevada e assim como os países da África Subsaariana, apresenta vários problemas socioeconômicos. Possui como crenças tradicionais: 37,6%, cristianismo 31,8% (católicos 14,8%, independentes 9,3%, outros 7,7% e islamismo 30,1%. A república faz parte de organizações internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), União Africana (UA) e Organização Internacional da Francofonia (OIF).

A prática da mutilação genital feminina ainda é realizada no país, ainda que tenha sido criada, em 1998, uma lei contra essa tradição, que, entretanto, teve sua primeira aplicação somente no ano de 2012. Estimativas apontam que 38% da população feminina, de 15 a 49 anos de idade, foi submetida à prática de mutilação genital feminina, fundamentadas em razões étnicas e religiosas. Ainda assim, o governo tem realizado esforços para combater a prática, dando efetividade a lei de maneira a punir os que ordenaram e assistiram a prática.

### **6.5. República de Djibouti**

A República de Djibouti é um Estado Democrático de Direito localizado na porção oriental do continente africano, fazendo fronteira com a Somália, Eritreia e Etiópia. Sua população total é de 906.000 habitantes distribuídos em uma área de 23.200 km<sup>2</sup>, dimensões próximas ao estado de Sergipe, no Brasil. A capital é Djibouti e as principais cidades do país são Dikhil, Ali Sabih e Tadjoura. Possui um clima tropical árido. A língua oficial do território é o árabe, seguido pelo francês e dialetos regionais, como somali e afar. Cerca de 97% da população declara-se muçumana, fazendo com que seja um dos países com maior tradição islâmica na região. O IDH da República é de 0,470 – o que é considerado baixo dentro dos padrões internacionais. O PIB bruto é estimado em US\$2,7 bilhões e o PIB per capita em US\$2.875,00. A moeda oficial é o franco djiboutiano. Ademais, o Djibouti é membro da Organização das Nações Unidas (ONU), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio (OMC), da União Africana (UA) e ratificou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No que tange a questão da Mutilação Genital Feminina, MGF, o país possui um dos maiores índices de infração sobre a prática, tendo 93% da população feminina entre 15 e 49 anos mutilada. O Djibouti é o terceiro país no mundo o qual ocorre a MGF com significativa incidência, perdendo apenas para Somália e Guiné. Em 1995, foi aprovada uma lei que proíbe a mutilação, sendo o transgressor sujeito a 5 anos de prisão ou uma multa de um milhão de francos djiboutianos, no entanto, mesmo com a lei, a MGF continua ocorrendo no território de maneira indiscriminada.

### **6.6. República Árabe do Egito**

O Egito, oficialmente chamado de República Árabe do Egito é um país africano, banhado pelo Mar Mediterrâneo e pelo Mar Vermelho, que faz fronteira com o Sudão ao sul e com a Palestina à noroeste. Possui uma área de 1.001.450 km<sup>2</sup>, e uma população de 91.974.094 habitantes, sendo considerado o país mais povoado do mundo árabe. Sua capital é o Cairo, mas existem outras cidades de grande importância como Alejandra e Suez. O país é a segunda maior economia do Norte da África e Oriente Médio, com um PIB de 315 milhões de dólares, atrás apenas da Arábia Saudita. Participa de algumas organizações internacionais como: a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com dados apresentados pela UNICEF em 2016, 87% das mulheres entre 15 e 49 anos de idade foram submetidas à mutilação genital feminina no país.

Desse total, 61% sofreram a mutilação genital quando tinham entre cinco e dez anos de idade. Dentre as mulheres que foram submetidas ao procedimento entre 1 e 14 anos de idade, 78% delas teve o procedimento realizado com um profissional da saúde (12% por doutores e 67% por enfermeiras). Em 2008, após uma jovem falecer vítima de complicações decorrentes do procedimento, o governo proibiu por lei a mutilação genital feminina. Apesar disso, a maior parte da população apoia a prática, por ser parte da religião, majoritariamente islâmica. Assim, existe a possibilidade de a mutilação genital feminina voltar a ser legalizada no país, uma vez que vários deputados a defendem.

### **6.7. Emirados Árabes Unidos**

Os Emirados Árabes Unidos está situado no Oriente Médio, faz fronteira com Omã e Arábia Saudita e têm como área total aproximadamente 84 mil km<sup>2</sup>. Sua população é de cerca de 6 milhões de pessoas, sendo composta, em grande parte, por imigrantes, e sua língua oficial é o árabe. Possui como forma de governo uma federação de monarquias, em que suas divisões administrativas são divididas em sete emirados. A religião oficial do país é o islamismo, cerca de 76% da população, mas existem grupos minoritários de cristãos e judeus.

Nos Emirados Árabes não há nenhuma lei uma lei específica relacionada a mutilação genital feminina, embora o Ministério da Saúde proíba hospitais e clínicas de realizar o procedimento. Embora a MGF seja banida desses locais, algumas tribos a veem como uma obrigação e, portanto, têm suas meninas circuncidadas por meios tradicionais. Além de tribos locais realizando a prática, como o país é composto majoritariamente por imigrantes, trazem consigo de seus países de origem, o tradicionalismo ligado a mutilação.

Nos Emirados Árabes Unidos o estupro é criminalizado e punível por morte com bases no código penal. No entanto, é aceitável que homens usem de meios físicos, incluindo violência, com suas esposas e membros de sua família. Em geral, o governo não aplica as leis de abuso doméstico efetivamente e, por isso, o problema continua. O governo, junto com organizações sociais, procura aumentar a conscientização da violência doméstica, conduzindo seminários, programas educacionais, simpósios e conferências.

### **6.8. Estados Unidos da América**

Os Estados Unidos da América é um país situado na América do Norte, em posição estratégica entre os oceanos e que faz fronteira com outros países: Canadá e

México. Sua capital é Washington, DC e tem como forma de governo uma república federal presidencialista. O país é o quarto maior do mundo em área total e é uma das regiões do mundo etnicamente mais diversas e multiculturais, produto da imigração em grande escala. Tem uma população de mais de 315 milhões de habitantes, em que cerca de 15% são migrantes latino americanos. Sua economia é a mais poderosa do mundo, com um PIB, per capita, de U\$54.800. O seu IDH é bastante elevado, de 0,920. É membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e participa de algumas organizações internacionais como: Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial do Comércio (OMS) e Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN).

Estima-se que cerca de 513 mil mulheres e meninas passaram pelo procedimento ou estão em risco nos Estados Unidos. A prática está concentrada em oito estados: Califórnia, Maryland, Minnesota, Nova Jersey, Nova York, Texas, Virginia e Washington. Estas são, em sua grande maioria, parte de comunidades de imigrantes em que nos seus países de origem a prática é comum. As formas de mutilação genital feminina nos Estados Unidos são duas: enviar as meninas de férias para o país de seus pais para que elas sejam submetidas ao processo ou trazer as responsáveis por fazer o procedimento para o país. Além disso, alguns médicos também podem, contra as leis, executar a prática dentro dos Estados Unidos.

Desde 1996 existem leis específicas e penalidades para a MGF. Dos 50 estados, 24 possuem leis contra a mutilação genital feminina. Existe, também, uma lei federal no país que declara ilegal fazer o procedimento nos Estados Unidos e/ou transportar garotas para fora do país para fazer o procedimento. O governo americano fez vários compromissos para acabar com a MGF, incluindo fazer um estudo nacional sobre o assunto. Além disso, os Estados Unidos consideram a prática como uma séria violação dos Direitos Humanos e uma forma de violência de gênero e abuso infantil, uma vez que a maioria das meninas passam pelo procedimento são forçadas e não têm escolha, além de ser doloroso e deixar marcas para o resto da vida. Assim, o governo americano trabalha unindo forças com outros governos e organizações para ajudar a acabar com a prática.

#### **6.9. República Democrática Federal da Etiópia**

A República Federal Democrática da Etiópia é um dos 54 países independentes que há no continente africano, fazendo a parte da porção oriental da região. Sua forma de governo é monarquia parlamentarista. Os países fronteiriços à República são Djibouti, Eritreia, Quênia, Somália, Sudão e Sudão do Sul. A sua capital federal é a cidade de

Adis Abeba e o país todo ocupa um território de 1.104.300 km<sup>2</sup> que abrigam 86.613.986 habitantes, segundo estimativa realizada no ano de 2013. Conforme pesquisas paleontológicas recentes é bem possível que a espécie Homo sapiens tenha se originado no atual espaço designado à Etiópia. A maior parte do território nacional está situado acima de dois mil metros de altitude, sendo que a capital, Adis Abeba, localiza-se a 2.400 metros acima do nível do mar. A média de temperatura anual do país é igual a 34°C, sendo considerada a mais quente do planeta. O idioma oficial nacional é o Amárico, seguido pelo inglês e diversas línguas regionais. A religião predominante é o cristianismo, 54% da população, 34,1% são islâmicos. A economia nacional é baseada na agropecuária, no cultivo de cana de açúcar, sementes oleaginosas, feijão, café e na criação de grandes rebanhos bovinos. Possui um IDH correspondente a 0,328 – valor considerado baixo mostrando sérias defasagens no desenvolvimento humano do povo etíope. Metade da população sofre de subnutrição crônica, 64% de taxa de analfabetismo e a alarmante taxa de mortalidade infantil são alguns dos problemas mais destacados no país.

No que concerne às relações internacionais, a Etiópia faz parte da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Alto Comissariado das Nações Unidas para a proteção de refugiados (ACNUR).

Sobre a mutilação genital feminina, 70% da população feminina etíope já foi submetida ao procedimento. A prática está concentrada em três regiões: Afar, Somali e Dire Dawa, enraizadas em valores étnicos e religiosos e realizadas em quase que em sua totalidade por pessoas que estão tradicionalmente atribuídas a essa função. Em 2004, a prática da MGF foi criminalizada, porém com penas brandas de prisão variando do período de 3 meses entre 10 anos, em situações mais graves. Mesmo com o decreto, a prática continua ocorrendo no território nacional de maneira indiscriminada, demonstrando como a MGF está inserida na cultura do povo etíope.

#### **6.10. República Francesa**

A França, oficialmente república francesa, é um país da Europa Ocidental, com o francês como língua oficial. Virou oficialmente um país em 843, através do Tratado de Verdun, o qual determinou sua criação. Atualmente sua população está próxima de 67.425.000 pessoas, segundo estimativa de 2016. A capital do país tem sede em Paris e possui como moeda oficial o euro e o franco. É um país considerado desenvolvido possuindo um PIB total de US\$ 2902 trilhões (2014) e um IDH de 0,897, o que coloca a

França como 21º país com maior IDH do mundo. A religião francesa possui aproximadamente 62% declarados católicos, 6% muçulmanos, 2% protestantes, 1% judeus, 3% de outras religiões, 26% ateu ou agnóstico.

No que tange a Mutilação Genital Feminina não existe nenhuma lei específica, mas desde o ano de 1983 a prática é vista como criminosa. É estimado que aproximadamente 61 mil mulheres são vítimas da mutilação no país, sendo a maioria imigrantes que mantiveram a tradição cultural e religiosa do país natal.

No Plano de Ação Nacional contra a Violência contra a Mulher de 2011-2013 existe um capítulo específico dedicado ao tema, o qual apresenta uma série de medidas para tratar acerca do assunto. A França corroborou com várias convenções internacionais condenando a MGF, incluindo até mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres, entre outros

Atualmente existem na França organizações, organismos pertencentes a sociedade civil e ao poder público para lidar e ajudar em tudo que tange ao procedimento, um exemplo desse serviço é a Diretoria Regional para os Direitos das Mulheres e Igualdade.

#### **6.11. República Federativa da Nigéria**

Nigéria, oficialmente República da Federativa da Nigéria, é um país da África, com o inglês como língua oficial. Virou oficialmente um país em janeiro de 1960, com o fim da dependência do Reino Unido. Atualmente sua população está próxima de 175 milhões de pessoas, a capital do país tem sede em Abuja e possui como moeda oficial o Rial. É um país considerado com um PIB total de US\$ 594.257 bilhões (2014) e um IDH de 0,527, o que coloca a Nigéria como 152º país no ranking do IDH no mundo. A religião possui 43% dos nigerianos eram muçulmanos, 51% cristãos e 6% membros de congregações locais indígenas.

Na Nigéria existe a prática da Mutilação Genital Feminina, e em dados recentes de 2014, estimasse que 25% das mulheres já foram submetidas à mutilação. Essa mesma pesquisa também evidenciou que a idade em geral que ocorre o procedimento está entre zero e quatro anos, cerca de 82%. Ademais é possível mensurar ainda que 87% da prática é realizada por um profissional tradicional.

#### **6.12. República da Guiné (membro observador)**

A Guiné, oficialmente República da Guiné, é um país da África Ocidental limitado a norte pela Guiné-Bissau e pelo Senegal, a norte e leste pelo Mali, a leste pela Costa do Marfim, a sul pela Libéria e pela Serra Leoa e a oeste pelo oceano Atlântico. Com

uma população de cerca de 12 milhões de habitantes e uma área de aproximadamente 246 mil km<sup>2</sup>, o país é uma república ocidental. O seu IDH é baixo e é considerando um país pobre, ainda que as maiores reservas mundiais de bauxitas e as maiores reservas de minério de ferro estejam localizadas em seu território. No tocante à religião, a Guiné tem cerca de 86% de seus habitantes muçulmanos, além de 8,9% de cristãos e 4,4% de outras religiões.

Há, na República da Guiné, uma lei que criminaliza a prática da MGF, desde 2011. Entretanto, por questões culturais e religiosas, a prática ainda é realizada, de modo que a UNICEF informou que 96% das mulheres e meninas do país haviam sido submetidas ao procedimento. Entretanto, o governo tem realizado esforços usando da educação e da efetivação da lei no país.

### **6.13. Hungria**

A República da Hungria está situada na Europa Central, sendo limitada ao norte pela Eslováquia, ao nordeste e ao leste pela Ucrânia e Romênia, ao sul pela Sérvia e Croácia e a oeste pela Eslovênia e Áustria. O país tem como forma de governo uma república parlamentar e possui uma população de 9.752.969 habitantes, uma área de 93.028 km<sup>2</sup> e tem Budapeste como sua capital. Outras cidades que se destacam são Debrecen, Szeged, Miskolc e Pécs. O idioma oficial do país é o húngaro e sua principal moeda é o florim. No que tange à religião, a Hungria possui uma maioria católica, que representa 67% do total, seguida pela protestante (27%) e judia (5%). Na economia, o setor de serviços é responsável por 63,2% do PIB, sendo a implantação de multinacionais na área de tecnologia, consultoria e informática crescente. Também tem especial importância o setor de turismo, especialmente em Budapeste, que recebeu em torno de 16,5 milhões de capital estrangeiro no último trimestre de 2015. A Hungria é um dos membros da União Europeia, e também faz parte de organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização das Nações Unidas (ONU).

A taxa estimada de mutilação genital feminina na Hungria situa-se entre 170 e 350 mulheres. O número de mulheres refugiadas, o número de mulheres que receberam proteção e o número de mulheres nos centros de acolhimento originários de países que praticam a MGF foi levado em consideração para a realização do estudo sobre a taxa de prevalência. Na Hungria, o direito penal geral (Lei 4 de 1978), pode ser aplicado às práticas de MGF incluindo a infração penal de planejar ou infligir lesões corporais graves, causando incapacidade permanente ou grave deterioração da saúde ou ter sido

perpetrado com excepcional crueldade. O artigo 195 também considera crime pôr em perigo o desenvolvimento físico, mental ou moral de um menor por aqueles que são responsáveis por cuidar dela ou dele. O princípio da extraterritorialidade é aplicável, tornando a MGF punível mesmo que seja cometida fora do país. A Hungria ratificou várias convenções internacionais condenando da MGF, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a Convenção sobre a Eliminação das Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais (CEDH) e a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (2010 / C 83/02).

#### **6.14. República do Iêmen**

A República do Iêmen está localizada no Oriente Médio, fazendo fronteira com Omã e Arábia Saudita, além de ser banhado pelo Mar Árábico, Mar vermelho e Golfo de Áden. Sua área total é de 527,968 km<sup>2</sup> e tem uma população de mais de 27 milhões de pessoas, sendo 99% desta mulçumana, como o PIB de 52,050 bilhões de dólares e IDH de 0,498, considerado baixo.

No Iêmen uma a cada cinco mulheres passaram pela mutilação genital feminina, isto é, cerca de 19% das mulheres entre 15 e 49 anos de idade, além disso, 85% das garotas são mutiladas na primeira semana de vida

Entre as mulheres, aproximadamente 75% acreditam que a prática deve acabar. Em 2012, a UNICEF informou que 97% dos procedimentos ocorreram em casa e encontraram o tipo 2 (remoção parcial ou total do clitóris e dos pequenos lábios), com e sem excisão dos grandes lábios, em 83% dos casos estudados. A lei do país não proíbe a mutilação genital feminina, embora uma diretriz ministerial de 2001 tenha proibido a prática em instituições governamentais e instalações médicas. O Comitê Nacional de Mulheres e o Ministério de Doações e Orientação Religiosa forneceram um manual para líderes religiosos sobre problemas de saúde das mulheres, incluindo as consequências negativas para a saúde da mutilação genital feminina. Apesar de toda a campanha de conscientização, o país ainda está atrasado na abordagem do problema.

#### **6.15. República da Indonésia**

A República da Indonésia é um Estado Democrático de Direito localizado na Ásia, no sudeste. O regime político é de uma república presidencialista e possui 33 províncias. A extensão territorial é igual a, aproximadamente, 1.922.570 km<sup>2</sup> e a estimativa populacional é de 252,8 milhões de habitantes. O clima regional é o equatorial, com médias de temperaturas elevadas. As principais cidades do país são a capital Jacarta,

Bandung, Surabaya, Medan e Palembang. A Indonésia possui uma marcante variedade étnica composta pelos grupos javaneses (45%), sundaneses (14%), madureses (8%), malaios litorâneos (8%), outros (25%). A língua oficial do país é o indonésio, seguido pelo javanês. A religião predominante é o islamismo, correspondente a 54% do total populacional. O IDH nacional é igual a 0,684 sendo considerado como um índice de desenvolvimento humano médio. A economia local é baseada na exploração de estanho, petróleo e gás natural. O país faz parte da Apec, Asean, Banco Mundial, FMI, OMC e ONU, além de ter ratificado a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No contexto do comitê, no país, quase metade das meninas - cerca de 49% - de idade entre 0-11 anos passaram pela mutilação genital feminina e destas, 79% passaram pelo procedimento antes dos seis meses de idade. Em 2006, o Ministério da Saúde proibiu que profissionais médicos realizassem a Mutilação Genital Feminina. Uma nota contra a proibição emitida pelo Conselho Indonésio Ulema (MUI), dois anos depois, recomenda que muçulmanas passem pela MGF, uma vez que é considerada uma regra e símbolo do Islã, segundo a interpretação da religião feita pelo grupo. Em concordância com esta, a prática deve ser feita eliminando a membrana que cobre o clitóris, mas que não deve envolver cortes, feridas ou danos ao clitóris por incisão ou excisão. De acordo com o regulamento 1636/2010, o procedimento deve ser feito apenas por médicos licenciados e enfermeiras, dando destaque para as profissionais femininas. A Comissão das Mulheres e o Comitê Sobre os Direitos da Criança é contra este regulamento, que foi revogado em fevereiro de 2014. Mesmo que o decreto 1636/2010 não seja mais válido, não há, ainda, sanções para os indivíduos que continuam a conduzir a MGF.

#### **6.16. República do Iraque**

A República do Iraque é um país localizado no Oriente Médio, que faz fronteira com o Irã, Jordânia, Kuwait, Arábia Saudita, Síria e Turquia. Sua capital é Bagdá e sua língua oficial é o árabe e o curdo. O PIB do país é de 494,453 bilhões de dólares e o IDH é de 0,649, que é considerado um nível mediano.

No país 51-80% das mulheres de 15-49 anos passaram pelo procedimento e 60% da prática é feita em meninas entre 4 e 7 anos de idade. Além disso, um estudo apontou que todos os grupos muçulmanos apresentaram a prática da MGF no Iraque e que o grupo militante Estado Islâmico ordenou que todas as garotas e mulheres na cidade de Mosul, norte do Iraque, e nos arredores sejam submetidas ao processo de mutilação genital feminina. Em 2007 uma legislação condenando a mutilação genital feminina foi enviada para o Parlamento Regional, mas não passou. A Lei de Violência Familiar, que entrou em vigor em 2011 no Curdistão Iraquiano, proíbe a MGF, mas as

ONGs relataram que a prática persistiu, particularmente nas áreas rurais. A UNAMI informou que três mulheres foram presas e acusadas de MGF no ano de 2016. Entre as mães de 5.990 mães de meninas de 4 a 14 anos que vivem no Curdistão iraquiano em 2015 e 2016, 44,8% relataram sofrer MGF se comparado com 10,7% de suas filhas, com taxas mais elevadas em Erbil e Sulaimaniyah.

#### **6.17. República de Mali**

A República do Mali, localizada na África, faz fronteira com a Mauritânia e Senegal a oeste, Argélia ao norte e Níger ao leste, Burkina Faso a sudeste, Costa do Marfim ao sul e Guiné ao sudoeste. Possui uma área equivalente a 1.248.574 km<sup>2</sup> e sua capital é Bamaco. A estimativa populacional ultrapassa os 15,5 milhões de habitantes e possui 8 regiões administrativas adicionadas a um distrito. O sistema político empregado é República com forma mista de governo. As principais cidades do país são Bamaco, Sikasso, Ségou, Mopti e Koutiaba. O clima predominante na região norte é tropical árido e apenas tropical no restante do território. A composição populacional é bastante diversificada sendo composta por bambaras (50%), fulanis (17%), voltas (12%), chongais (6%), tuaregues, peules, bozos e dogões (15%). A língua oficial é o francês, no entanto diversos idiomas locais também fazem parte da comunicação regional. Cerca de 80,7% da população é islâmica, seguida por 16,3% que declaram-se praticantes de crenças tradicionais, 2,7% cristãos e 0,3% ateus. O Mali possui um IDH de 0,309, sendo considerado um dos piores do mundo. A expectativa de vida no país é igual a 53 anos. A estimativa no ano de 2016 para o PIB bruto era igual a US\$8,7bilhões e o PIB per capital semelhante a US\$554. A moeda oficial é o franco CFA. No contexto das relações internacionais, A República do Mali é membro da ONU, FMI, OMC, BM, UA e ratificou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No que concerne à questão da Mutilação Genital Feminina, 89% das mulheres entre 15 e 49 anos já sofreram a problemática em questão e é de considerável importância ressaltar que não nenhuma lei ou decreto que criminalize a prática da MGF no país. O principal grupo étnico que pratica a mutilação no país é o Bambara, o qual 96% das suas mulheres já foram mutiladas. O Governo do Mali, no seu Plano Nacional para a Erradicação da MGF / FGC até 2007, afirmou que esta prática pode ser proibida nos termos dos artigos 166.º e 171.º do Código Penal, que abrange os ataques voluntários ou ferimentos e os tratamentos experimentais nocivos, respectivamente.

#### **6.18. Sultanato de Omã**

Omã, oficialmente Sultanato de Omã, é um país do Oriente Médio, com o árabe como língua oficial. Virou oficialmente um país em 1971, com o fim do protetorado do Reino Unido. Atualmente sua população está próxima de 3 milhões de pessoas, sendo

40% imigrantes. A capital do país tem sede em Mascate e possui como moeda oficial o Rial. É um país com um PIB total de US\$ 66.889 bilhões (2008) e um IDH de 0,796, o que coloca Omã como 52º país no ranking do IDH no mundo. Possui como governo uma monarquia absoluta, governada por um Sultão. A religião possui 86% de muçulmanos, mas existem também minorias católicas (6,5%), hindus (5,5%) e budistas (0,8%).

A prática da Mutilação Genital Feminina é amplamente difundida na população, não existe nenhum dado formal, mas estimasse que cerca de 78% das mulheres foram submetidas a prática. É fato que a MGF é extensivamente difundida no país e em geral aprovada, principalmente quando se considera a população da zona rural do país.

É fundamental salientar uma parte específica de Omã quando se trata deste assunto, o sul do país, em especial Zufar, local onde o procedimento é conduzido em recém-nascidos e envolve a clitoridectomia total ou parcial (tipo 1 definido pela OMS). No restante do país, a mutilação genital feminina consiste em um corte menor feito no clitóris (tipo 4).

A legislação de Omã proibiu que essa atividade fosse feita em hospitais e clínicas, mas não proíbe explicitamente a existência desta. Entretanto, em 2014 Child Law ocorreu uma tentativa da Comissão Nacional de Direitos Humanos junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, afim de proibir a MGF como uma prática tradicional. Porém nada foi feito para a disseminação da lei e ainda para que a população a conhecesse e soubesse dos perigos que existem em praticar esta atividade.

#### **6.19. OMS – Organização Mundial da Saúde (membro observador)**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) surgiu quando entrou em vigor sua Constituição, em 7 de abril de 1948. Atualmente possui mais de 7000 trabalhadores em 150 escritórios nos países que os têm, em seis escritórios regionais e em sua sede localizada em Genebra. Seu papel principal é coordenar e direcionar a saúde de todo o mundo no sistema das Nações Unidas, apoiando os países na medida em que coordenam os esforços de múltiplos setores do governo e de parceiros - inclusive multilaterais e bilaterais, em fundos e fundações, até em organizações da sociedade civil e no setor privado - para alcançar seus objetivos de saúde e dar suporte a suas políticas e estratégias nacionais de saúde. Alguns dos países-membros são: Alemanha, Brasil, Bélgica, Estados Unidos, Indonésia e Noruega.

Em 2008, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a resolução WHA61.16 sobre a eliminação da MGF, enfatizando a necessidade de uma ação concentrada em todos os setores - saúde, educação, finanças, justiça e assuntos das mulheres. Os esforços

da OMS para eliminar a mutilação genital feminina (MGF) concentram-se em: reforçar a resposta do setor da saúde com diretrizes, ferramentas, formação e políticas para assegurar que os profissionais da saúde possam prestar cuidados médicos e aconselhamento às crianças e mulheres que vivem com a MGF; construir evidências para gerar conhecimento sobre as causas e consequências da prática, incluindo o porquê de os profissionais de saúde realizarem tais procedimentos, como eliminá-los e como cuidar daqueles que experimentaram a MGF. Além disso, a OMS pretende aumentar o desenvolvimento de publicações e ferramentas de advocacia para esforços internacionais, regionais e locais para acabar com a MGF dentro de uma geração.

#### **6.20. República de Serra Leoa**

Serra Leoa, oficialmente República da Serra Leoa, é um país da África Ocidental. É delimitada pela Guiné a norte e nordeste, pela Libéria a sudeste, e pelo Oceano Atlântico a sudoeste. Abrange uma área total de 71 740 km<sup>2</sup> e sua população em 2015 era estimada em 5.879.098 habitantes, de acordo com dados da CIA.

Na Guiné – onde há a segunda maior prevalência da circuncisão feminina no mundo – 38% dos homens e meninos são contra a prática, contra 21% das mulheres e meninas. O mesmo padrão é visto em Serra Leoa, onde 40% dos meninos e homens querem o fim do procedimento, contra 23% das meninas e mulheres. A pesquisa do UNICEF também mostrou uma possível ligação entre a educação da mãe e a probabilidade de a filha ser submetida à circuncisão. Entre 28 países com dados disponíveis, cerca de uma em cada cinco filhas de mulheres sem instrução sofreu mutilação genital feminina, em comparação com uma em cada nove filhas de mães que têm pelo menos o ensino secundário. De acordo com dados da UNICEF, Serra Leoa tem uma das taxas mais altas de FGM no mundo --nove de cada 10 mulheres e adolescentes são vitimadas.

#### **6.21. República Federativa da Somália**

A República Federal da Somália, é um país que se localiza no Corno da África, fazendo fronteira com o Quênia ao sul, com a Etiópia a sudoeste e com o Djibuti ao norte. O país, cuja capital é Mogadíscio, conta com uma área de 637.700 km<sup>2</sup> e com uma população de 8 milhões de pessoas. No âmbito econômico, a Somália possui uma economia desarticulada, tendo completado em 2011 a substituição da moeda somali anterior à independência da região. Seu PIB per capita é de \$600, apresenta uma exportação média de 300 milhões de dólares e importação de 798 milhões de dólares segundo expectativas de 2006.

Entre os países que praticam a circuncisão feminina, a Somália tem o maior número de casos: 98% das mulheres entre 15 e 49 anos já tiveram a vagina mutilada, segundo o estudo “Female Genital Mutilation/Cutting: A statistical overview and exploration of the dynamics of change”, da Unicef, divulgado em 2013. Além disso, 82% das mulheres são submetidas ao procedimento entre os cinco e os nove anos de idade. Apesar de existir uma lei que criminaliza a MGF no país, esta nem sempre é respeitada, uma vez que a prática já está enraizada na sociedade e a maior parte da população a aceita. Além disso, no país ainda predomina o tipo III (correspondente à 63% do total), que é um dos mais agressivos tipos entre a MGF.

#### **6.22. República do Sudão (membro observador)**

O Sudão, reconhecido oficialmente como República do Sudão, possui como forma de governo uma república presidencial. Localiza-se no nordeste da África, fazendo fronteira com o Mar Vermelho, Chade, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Sudão do Sul e República Centro-Africana. Sua área territorial é de aproximadamente 1 milhão de km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 37 milhões de habitantes. A guerra civil que ocorreu no ano de 2011 trouxe sérios problemas para a economia do Sudão, fazendo com que o país passasse a possuir um PIB, por capita, de US\$ 4.500.

No Sudão, a mutilação genital feminina tem sido uma ação integrante do sistema social. Cerca de 87% da população feminina foi submetida ao procedimento, fazendo com que o Sudão fique entre os 10 países que mais praticam a MGF no mundo todo. A pressão exercida por toda sociedade de ser considerada uma tradição que deve ser passada de geração para geração é muito grande, principalmente dos mais velhos. A maioria das circuncisões ocorreram entre meninas de 5 e 9 anos de idade e foram realizadas principalmente profissionais de saúde, o que mostra a quão difusa e aceita a prática é no país.

Como não existem leis nacionais que proibam a MGF, para tentar reduzir a prevalência desse problema, o governo fez das campanhas de conscientização pública uma prioridade. Em 2008, o Conselho Nacional de Bem-Estar da Criança, com o apoio da UNICEF lançou a estratégia nacional para abolir a MGF no Sudão até 2018. Além disso, concordou com um programa de três anos com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) para tentar acabar com a mutilação genital feminina. Como resultado, 86 novas comunidades declaram manter suas meninas longe da realização dessa prática.

### **6.23. República Togolesa**

Togo, oficialmente Republica Togolesa, é um país da África, com o francês como língua oficial. Virou oficialmente um país em 27 de abril de 1960, deixando assim de ser uma colônia francesa. Atualmente sua população está próxima de 5.858.673 pessoas, segundo estimativa de 2008. A capital do país tem sede em Lomé e possui como moeda oficial o franco. É um país considerado subdesenvolvido possuindo um PIB total de US\$ 5132 bilhões (2007) e um IDH de 0,487, o que coloca Togo como 166º país no ranking do IDH no mundo. A religião no Togo é cerca de 51% animista, seguida pelo cristianismo (29% dos quais 21% católicos e protestantes e dos restantes 7%, 1% é de outras confissões cristãs). O restante da população é essencialmente da fé islâmica.

No Togo existe a prática da Mutilação Genital Feminina, sendo a maior parte dos procedimentos, aproximadamente 57% do total, praticada em meninas entre cinco e nove anos de idade. Segundo dados da Unicef, ainda existe cerca de 5% da população feminina com faixa etária entre 15 e 19 anos são submetidas ao procedimento. Sendo destas mais da metade praticadas pelo grupo étnico de maior prevalência.

É fundamental considerar que desde de 1998 existe uma legislação contrária a MGF, a qual possui sanções que incluem pagamento de multa no valor de 100.000 francos e ainda pode incluir uma pena de dois meses a dez anos de reclusão.

### **6.24. UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas (membro observador)**

O UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas – possui a missão de criar um mundo onde cada gravidez seja desejada, cada parto seguro e o potencial de cada jovem realizado. O fundo se posiciona contrário à prática da Mutilação Genital Feminina e todos os possíveis corolários que possam advir. O fundo dedica-se para tonificar os serviços de saúde, ademais trabalha com a sociedade civil e líderes influenciadores, principalmente religiosos e tradicionalistas, que possam vir a participar desta para que seja possível desatar a Mutilação Genital Feminina da religião. O UNFPA ainda gera suporte para que seja possível atingir o abandono da prática, o que já ocorreu em países como a Nigéria e Gambia, que passaram leis e baniram o procedimento em 2015.

### **6.25. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (membro observador)**

A UNICEF - Fundo das Nações Unidas Para a Infância é um órgão que foi criado pelas Nações Unidas com o objetivo de promover a defesa dos direitos das crianças, contribuir para o seu desenvolvimento e ainda ajudar a dar resposta às suas necessidades.

No que tange a mutilação genital feminina, o fundo é contrário, tendo acionado este comitê afim de realizar a formal denúncia desta atividade, sendo então uma motivadora para execução deste. Tem uma atuação em todos os níveis, desde líderes e parceiros a governos com atividades políticas e legislativas para que a prática seja abandonada e ainda atua na prevenção e cuidado para com as vítimas. É importante ainda colocar a co-liderança, juntamente com o UNFPA, no movimento de extermínio a MGF e todas suas possíveis consequências.

## 7. Referências bibliográficas

NACOES UNIDAS. **Direitos Humanos**. Disponível em:  
<<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>> Acesso em: 26 de outubro

JUS BRASIL. **Soberania Nacional**. Disponível em:  
<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/366256/soberania-nacional>> Acesso em 26 de outubro

JUS BRASIL. **A prática da MGF e os Direitos Humanos**. Disponível em:  
<<https://www.google.com.br/amp/s/jus.com.br/amp/artigos/36389/1>> Acesso em; 26 de outubro

JUS BRASIL. **A prática da MGF e os Direitos Humanos**. Disponível em:  
<<https://www.google.com.br/amp/s/jus.com.br/amp/artigos/57607/1>> Acesso em: 26 de outubro

MINIONU. **Guia de Estudos CDH 2018**. Disponível em:  
<<https://minionupucmg.files.wordpress.com/2017/06/guia-de-estudos-cdh-2018.pdf>> Acesso em: 17 de outubro de 2017

PEDAL NA ESTRADA. **Mutilação Genital Feminina**. Disponível em:  
<<http://www.pedalnaestrada.com.br/pages.php?recid=445>>. Acesso em: 18 de outubro de 2017

ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Mutilação Genital Feminina**. Disponível em:  
<<http://popdesenvolvimento.org/praticas-nefastas/mutilacao-genital-feminina.html>>. Acesso em: 18 de outubro de 2017

ONU-BR. **Em dia internacional, ONU pede mais esforços pelo fim da Mutilação Genital Feminina**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/em-dia-internacional-onu-pede-mais-esforcos-pelo-fim-da-mutilacao-genital-feminina/>>. Acesso em: 18 de outubro de 2017

BBC. **O drama silencioso da Mutilação Genital Feminina na Colômbia**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-3680971>>. Acesso em: 18 de outubro de 2017

WIKIPEDIA. **Mutilação Genital Feminina**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutila%C3%A7%C3%A3o\\_genital\\_feminina#/media/File:Female\\_Genital\\_Mutilation\\_age\\_0-14.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutila%C3%A7%C3%A3o_genital_feminina#/media/File:Female_Genital_Mutilation_age_0-14.svg)>. Acesso em: 18 de outubro de 2017

OPINIÃO & NOTICIA. **Mutilação Genital Feminina: conheça a origem dessa prática brutal**. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/internacional/mutilacao-genital-feminina-conheca-a-origem-dessa-pratica-brutal/>> Acesso em: 18 de outubro de 2017

CLITORI-SE. **MGF**. Disponível em: <<https://www.clitoris.org.br/mgf>> Acesso em: 18 de outubro de 2017

OPINIÃO & NOTICIA. **Mutilação Genital Feminina**. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/opiniao/artigos/mutilacao-genital-feminina/>> Acesso em: 18 de outubro de 2017

BAYAH. **Mutilação Genital Feminina – Violação do Corpo da Mulher**. Disponível em: <<http://cnnbca.blogspot.com.br/2009/09/mutilacao-genital-feminina-violacao-do.html>> Acesso em: 18 de outubro de 2017

[JUS.COM.BR](http://jus.com.br). **Mutilação Genital Feminina, estamos certos e eles errados ?**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19126/mutilacao-genital-feminina-estamos-certos-e-eles-errados>> Acesso em: 18 de outubro de 2017

DW. **34% de mulheres na Guiné-Bissau favoráveis à mutilação genital**. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/34-de-mulheres-na-quin%C3%A9-bissau-favor%C3%A1veis-%C3%A0-mutila%C3%A7%C3%A3o-genital/a-16972318>> Acesso em: 18 de outubro de 2017

POR DENTRO DA ÁFRICA. **Circuncisão Feminina: “Se a cultura fere o seu corpo, porque preservá-la ?” diz ativista Fardhosa Mohamed**. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/default/circuncisao-feminina-se-a-cultura-fere-o-seu-corpo-por-que-manter-esse-costume-diz-ativista-fardhosa-mohamed>>. Acesso em: 18 de outubro de 2017